

CNPJ: 41.522.376/0001-43

Av. Dr. José Gusmão, S/N, Centro, CEP: 64.516-000.

LEI N°264 /2025, DE 25 DE NOVEMBRO DE 2025.

Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Colônia do Piauí-PI, em R\$ 58.230.000,00 (cinquenta e oito milhões duzentos e trinta mil reais).

O Prefeito Municipal de COLÔNIA DO PIAUÍ-PI faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - A Lei Orçamentária Anual de COLÔNIA DO PIAUÍ – PI, para o exercício financeiro de 2026, composto pelas receitas e despesas do Tesouro Municipal e de outras fontes estima a receita geral em R\$ 58.230.000,00 (cinquenta e oito milhões duzentos e trinta mil reais) e fixa a despesa em igual valor.

- I O orçamento fiscal referente ao Poder Legislativo e ao Poder Executivo do Município, seus órgãos, fundos e entidades da administração direta e indireta.
- II O orçamento da seguridade social, abrangendo todos os órgãos e entidades a ele vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos instituídos e mantidos pelo poder público.
- **Art. 2°** A receita será realizada mediante a arrecadação de Tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação vigente e das especificações constantes do Anexo I que integram esta lei de acordo com o seguinte desdobramento:



CNPJ: 41.522.376/0001-43

Av. Dr. José Gusmão, S/N, Centro, CEP: 64.516-000.

RECEITA	R\$	R\$
RECEITAS CORRENTES		
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHO	RIA 2.210.271,94	
CONTRIBUIÇÕES	265.000,00	
RECEITA PATRIMONIAL	804.927,70	
RECEITA DE SERVIÇOS	54.001,33	
TRANSFERĒNCIAS CORRENTES	55.337.481,76	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	560.976,00	
(R) DEDUÇÕES DO FUNDEB	-4.190.629,23	
SUB TOTAL		55.042.029,50
TOTAL		55.042.029,50
SUPERAVIT DO ORCAMENTO CORRENTE		8.443.449,50
RECEITAS DE CAPITAL		
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	16.000,00	
ALIENAÇÃO DE BENS	31.000,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.140.970,50	
SUB TOTAL		3.187.970,50
TOTAL		11.631.420,00
RESUMO		
RECEITAS CORRENTES.	59.232.658,73	
DEDUÇÕES DA RECEITA CORRENTE	-4.190.629,23	
RECEITAS DE CAPITAL	3.187.970,50	
TOTAL DE RECEITAS		58.230.000,00
TOTAL		58.230.000,00

Art. 3° - A Despesa será realizada na forma dos quadros analíticos constantes do ANEXO II e respectivos sub anexos conforme a discriminação seguinte:

	RESUMO DO TOTAL ORÇADO POR F	UNÇÃO
01	Legislativa	1.652.000,00
04	Administração	7.676.500,00
80	Assistência Social	2.816.700,00
10	Saúde	12.264.140,00
12	Educação	24.930.600,00
13	Cultura	799.600,00
14	Direitos da Cidadania	94.900,00
15	Urbanismo	2.748.360,00
16	Habitação	27.200,00
17	Saneamento	497.800,00
18	Gestão Ambiental	56.100,00
20	Agricultura	397.900,00
23	Comércio e Serviços	8.000,00
24	Comunicações	50.100,00
25	Energia	1.268.000,00
26	Transporte	706.700,00
27	Desporto e Lazer	625.700,00
28	Encargos Especiais	1.409.700,00
99	Reserva de Contingência	200.000,00
	TOTAL	58.230.000,00



CNPJ: 41.522.376/0001-43

Av. Dr. José Gusmão, S/N, Centro, CEP: 64.516-000.

	RESUMO DO TOTAL ORÇADO POR ORGÃO	
01 01	CAMARA MUNICIPAL DE COLONIA DO PIAUI	1.652.000,00
02 01	GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL	1.162.000,00
02 02	SEC MUN DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO	6.104.900,00
02 03	SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	2.398.400,00
02 04	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	4.930.600,00
02 05	FUND DE MAN.E DESENV. DA EDUC BASICA-FUNDEB	20.000.000,00
02 06	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	220.300,00
02 07	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	10.740.620,00
02 08	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E AÇAO SOCIAL	421.100,00
02 09	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	2.358.600,00
02 10	SECDE AGRIC, ABAST., MEIO AMB., E REC HIDRICOS	454.000,00
02 11	SECDE OBRAS, HABIT URBAn E SERV. PUBLICOS	4.471.860,00
02 12	SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER	625.700,00
02 13	CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO - CGM	70.100,00
02 14	SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E TURISMO	807.600,00
02 15	SECRETARIA MUNICIPAL DA JUVENTUDE	94.900,00
02 16	HOSPITAL DE PEQUENO PORTE LOURDINHA MOURA	1.303.220,00
02 17	FUND MUN DOS DIR DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	37.000,00
02 18	PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO - PGM	177.100,00
90 99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	200.000,00
	TOTAL	58.230.000,00

- **Art. 4º** Integram o Orçamento na forma do § 1º do Art. 2º da Lei 4.320 de 17 de março de 1964, os anexos:
- I Sumário geral da receita por fontes e da despesa por função do
 Governo:
- II Quadro demonstrativo da Receita e Despesa segundo as Categorias Econômicas, na forma do Anexo I;
 - III Quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;
 - IV Quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração.
 - Art. 5° Fica o Poder Executivo autorizado a:
- I Abrir créditos suplementares até limite de 60% (Sessenta por cento), da despesa fixada nesta lei, na forma do que dispõem os artigos 7º e 43 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964;
- II Realizar operações de crédito por antecipação da receita até o limite
 de 25% (vinte e cinco por cento), do total das receitas correntes;



CNPJ: 41.522.376/0001-43

Av. Dr. José Gusmão, S/N, Centro, CEP: 64.516-000.

- III Instituir fundos de qualquer natureza mediante autorização legislativa;
- IV Promover as medidas necessárias para ajustar os dispêndios ao efetivo comportamento da receita.
- **Art. 6º** O Poder Executivo é autorizado a suplementar projetos e atividades financeiras a conta de receitas com destinação especifica, quando estes ultrapassarem o limite do item I do Art. 5º.

Parágrafo Único – Excluem-se do limite estabelecido do item I do Art. 5°, os créditos adicionais Suplementares dos Poderes Executivo e Legislativo destinados a suplementar as dotações à conta de recursos de operações de credito, transferências de recursos de convênios com Governos Federal e Estadual e suas entidades, superávit financeiro, movimentação de recursos entre elemento de despesas de um mesmo grupo, ou unidade orçamentária, os quais sejam alteradas por acréscimo e redução ou por inclusão em grupos de despesas de igual valor, e reforço de dotações, e reforço de dotações do grupo de pessoal de encargos sociais.

- **Art. 7º** Na execução do Programa de Trabalho do Governo os Poderes Executivo e Legislativo poderão:
- I Desdobrar os projetos especiais de acordo com as exigências estabelecidas pelo Ministério ou órgão subordinados concedente de recursos financeiros a título de convenio
- II Criar por decreto subprojetos ou subatividades. Sempre que houver conveniência administrativa ou de controle na execução do orçamento anual.
- III Ajustar a programação dos fundos especiais detalhados ao nível de subelemento de despesas.
- **Art. 8°** O Poder Executivo, no interesse da Administração, poderá designar órgãos, para movimentar dotações atribuídas as Unidades Orçamentárias.



CNPJ: 41.522.376/0001-43

Av. Dr. José Gusmão, S/N, Centro, CEP: 64.516-000.

Art. 9º - A discriminação analítica do Orçamento – Programa será efetuado por Decreto do Poder Executivo.

Art. 10 - O Poder Executivo fica autorizado a descontar em cada parcela do repasse do duodécimo mensal ao Poder Legislativo os valores dos débitos previdenciários devidos ao INSS.

Art. 11 - O Poder Executivo no interesse da Administração fará cumprir o que determina a lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026.

Art. 12 - Revogadas as disposições em contrário, a presente Lei entra em vigor no dia 1º de janeiro de 2026.

Gabinete do Prefeito Municipal de Colônia do Piauí-PI, 25 de novembro de 2025.

SELINDO MAURO CARNEIRO TAPETI SEGUNDO

Prefeito Municipal

Sancionada, numerada, registrada e publicada a presente Lei no Gabinete do Prefeito Municipal de Colônia do Piauí-PI, aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e cinco.

SELINDO MAURO CARNEIRO TAPETI SEGUNDO

Prefeito Municipal